



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA**

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA
GESTÃO 2019/2021**

1. Dados da reunião			
Local Vídeo Conferência – Plataforma Zoom		Data 25/05/2020	Horário 15:00 às 17:35 h
2. Participantes			
Diretora-presidente do IPC		Rogério Cipriano Moreira	P
Cristina Zardo Calvi	P	Josenito Daniel Lemos	
Conselheiros		Angela Júlia Souza Fernandes	
Rodrigo Garcia Giori	P	Gilmar Monteiro Gomes	
Danuzza Matos Ribeiro		Kátia Regina Grijó	
Jorge Augusto Barcelos	P	Patrícia Luiza Sampaio Miguel	P
Bianca dos Santos Rangel Olindino		Luciano Constantino	P
Menderson Rezende de Moura	P	Convidados	
Vânia Célia de Oliveira	P	André Luiz Valentim Paulo	P
Jonas Ferreira Campos	P		
Sônia Maria Ribeiro			
Lindalva da Silva Rodrigues			
3. Objetivo			
Reunião ordinária: tratar sobre assuntos pertinentes aos trabalhos da gestão. Pauta:			
1) Aprovação da Ata de reunião do dia 03 de março de 2020;			
2) Cenário atual dos investimentos mediante a Pandemia do COVID – 19;			
3) Resultados Financeiros do 1º quadrimestre;			
4) Portaria SEPRT/ME nº 9.907 de 14/04/2020;			
5) Informes Gerais: Reunião com o Conselho Fiscal; Andamento de processos de Ressarcimento de servidor e parcelamento da Câmara (Abono Permanência) e Reforma da Previdência.			
4. Encaminhamentos da reunião			
Cabe registrar nessa ata que diante da pandemia que chegou ao Brasil em meados de março/2020, o Covid-19, o Instituto de Previdência de Cariacica não está aberto ao público e os seus servidores estão trabalhando remotamente de suas casas, seguindo as			



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

orientações da Organização Mundial de Saúde e demais órgãos federais, estaduais e municipais devidos. Dessa forma, o Conselho de Administração se reúne hoje através de um aplicativo de vídeo conferência, conhecido como Zoom, que vem sendo adotado pela Prefeitura de Cariacica e diversas empresas tanto públicas quanto privadas. A proposta foi feita pela presidente, no grupo de *Whatsapp* utilizado pelo Conselho, e a mesma foi aceita por todos os membros.

Aberta a reunião as 15:10 h do dia 25 de maio de 2020 pela Presidente Cristina Zardo Calvi, em que pode tecer comentários breves sobre a pauta a ser apresentada e debatida.

Presentes os Conselheiros Rodrigo Garcia Giori, Jorge Augusto Barcelos, Menderson Rezende de Moura, Vânia Célia de Oliveira, Jonas Ferreira Campos, Rogério Cipriano Moreira, Patrícia Luiza Sampaio Miguel, Luciano Constantino e como convidado o Gerente de Div. Rec. Adm. Geral André Luiz Valentim Paulo. Diante disto constata-se o quórum do Conselho Administrativo para as deliberações que se fizerem necessário.

Foi lida a Ata da reunião do dia 03 de março de 2020. Os conselheiros puderam discutir e contribuir para a finalização da Ata e, após ajustes a mesma foi **APROVADA** por unanimidade.

Seguindo a pauta do dia, a Presidente convidou a Diretora Administrativa e Financeira do IPC para apresentar algumas ações sobre os investimentos do IPC diante da pandemia que estamos enfrentando, o Covid-19. Entretanto, o conselheiro Rogério solicitou uma mudança na pauta, de tal forma que fosse abordado o tema da Reforma da Previdência em primeiro lugar. O conselheiro Menderson apoiou a mudança de pauta. A Presidente colocou para os conselheiros a necessidade e importância de abordar os demais temas apresentados na pauta, por serem assuntos inerentes à deliberação do Conselho. Em ato contínuo, a Presidente abriu a votação e a proposta de mudança de pauta foi escolhida pela maioria dos conselheiros. Diante do resultado o assunto que seria trazido pela Diretora Administrativa Financeira fora designado para outra oportunidade.

O conselheiro Rogério fez considerações acerca do assunto Reforma da Previdência e citou diversos exemplos de como o tema está sendo tratado. Afirmou, ainda, que fez solicitações ao Prefeito Municipal para que a discussão sobre o assunto fosse mais ampla, uma vez que isso não havia ocorrido até o momento. O conselheiro Rogério considerou importante que seja explicitado, nos Projetos de Lei que foram enviados para a Câmara Municipal, o motivo da inviabilidade da adoção da alíquota progressiva. Solicitou também que seja retirada de pauta os projetos de Lei sobre a Reforma da Previdência Municipal da Câmara e que tenha início um novo debate a respeito do tema.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Diante do que foi abordado por Rogério, o conselheiro Luciano pontuou que o Conselho deveria enviar essa solicitação à Câmara, mais especificamente, à Comissão de Justiça, e também à Prefeitura de Cariacica sobre o assunto aqui discutido. Falou ainda da importância de o pedido chegar à Câmara, para que haja troca de informações técnicas entre o IPC e os vereadores. A Presidente Cristina questionou, então, o poder hierárquico do Instituto para realizar o pedido de retirada de um Projeto de Lei, uma vez que o mesmo não era de autoria do Instituto e sim do Prefeito.

Em ato contínuo, o conselheiro Luciano alegou que a proposta foi protocolada em fevereiro e que ficou escondida na Câmara, sem o conhecimento dos vereadores, para ser votada em regime de urgência. Diante dessa fala, a presidente Cristina comentou que em fevereiro de 2020 foi realizada uma reunião na sede da Prefeitura com representantes do Governo e o Sindiupes, sendo concedido um prazo ao Sindiupes para apresentar uma proposta. Entretanto, e mesmo estendendo o prazo por mais um mês, o Governo não obteve retorno do sindicato quanto à questão. A Presidente informou também que, diante dessa situação, a Prefeitura precisou protocolar a proposta referente a Reforma em março de 2020, a fim de obedecer aos prazos da legislação. Em seguida, o conselheiro Rogério afirmou que o atraso no envio da proposta não inviabilizaria um convite por parte da Câmara, para que servidores e sindicatos participassem da discussão.

Perante o pedido dos conselheiros de retirada do projeto da Câmara, a Presidente Cristina posicionou-se contra, alertando sobre as implicações legais dessa medida. Diante desse posicionamento, o conselheiro Luciano pediu que o que precisasse ser votado urgentemente seguisse o seu curso, e o que não necessitasse de pressa que se tivesse mais tempo para debates. Assim, a Presidente Cristina sugeriu que o Conselho ratificasse a necessidade urgente da alíquota de 14%, que é legal e obrigatória para a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Instituto. Explicou ainda que, de acordo com a legislação, a alíquota progressiva não poderia ser adotada no Município. Os conselheiros apoiaram a sugestão, mas solicitaram que a proposta contivesse os motivos da opção pela alíquota. A Presidente Cristina reafirmou, então, a necessidade de se aprovar a alíquota de 14%, para precaução do IPC e dos próprios conselheiros. Disse também que concordava com a retirada dos demais pontos legislativos que compõe o Projeto de Lei apresentado pelo prefeito, pois acredita que isso possa contribuir com o processo de aprovação da alíquota de 14%. Além de permitir maior discussão por parte dos interessados.

Diante disso, o conselheiro Menderson por uma questão de ordem, pediu ao Conselheiro Rogério e a Presidente que, apresentassem as suas propostas de forma organizada, de tal forma que a proposta 1 fosse elaborada pela Presidente Cristina e a 2 pelo Conselheiro Rogério. Assim, a Presidente esclareceu que a proposta 1 era a de enviar um ofício ao



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Chefe do Poder executivo solicitando que o mesmo ratificasse a proposta de alteração da alíquota para 14% e, que os demais pontos legislativos fossem retirados da pauta. Já a proposta de número 2 era a de enviar o ofício solicitando a alteração da alíquota para uma porcentagem que atendesse o mínimo legal, ou seja, sem propor ou estabelecer uma porcentagem de contribuição. Além de solicitar, também, que os demais pontos legislativos fossem retirados da pauta.

Foi aberta então a votação, na qual os conselheiros Menderson, Vânia e Patrícia votaram na proposta 2. O conselheiro Rodrigo votou na 1, mas ponderou que ambas as propostas deveriam conter uma observação: "de que a retirada de parte do projeto (para elaboração de uma nova proposta) passasse pela discussão não somente de conselheiros do IPC, mas de sindicatos e de qualquer cidadão que se interessasse pelo tema e quisesse participar". Diante da fala do conselheiro Rodrigo, a conselheira Vânia o alertou que optar pela alíquota legal serviria justamente para colocá-la em debate. O conselheiro Rodrigo manteve seu voto e a observação que fez. O conselheiro Jonas seguiu o conselheiro Rodrigo e também votou na proposta 1, assim como o conselheiro Jorge Augusto. A Presidente Cristina votou na 1 e o conselheiro Luciano na 2. A Presidente explicou que o voto de Luciano não seria contado, pelo fato de ele ser suplente de Patrícia e por ela estar presente à reunião. Terminada a votação, o resultado final foi 4 votos para a proposta 1 e 3 para a proposta 2.

Dando prosseguimento, a Presidente Cristina perguntou aos conselheiros sobre a disponibilidade de eles participarem de uma reunião conjunta com o Conselho Fiscal, para colaborarem na aprovação das Contas do IPC. Porém, a discussão voltou para o resultado da votação e a conselheira Patrícia pontuou que na proposta aprovada pelo Conselho Administrativo deveria ir, em seu texto, a descrição do voto de cada conselheiro. Em seguida, a conselheira Patrícia passou a palavra para o conselheiro Rogério.

O Conselheiro Rogério insistiu que fosse votada na reunião a retirada de parte do projeto que está na Câmara, com a eliminação dos pontos que não tem obrigatoriedade de votação nesse momento, e que houvesse uma ampla discussão entre os órgãos representantes dos servidores. A presidente Cristina, afirmou que esse ponto fora votado anteriormente. Entretanto, e com o intuito de deixar o processo ainda mais claro, incluiu na proposta vencedora o que segue: solicitar ao Chefe do Poder Executivo que retirasse do Projeto de Lei os pontos legislativos que não tem obrigatoriedade de implementação nesse momento. Abriu-se a votação e esse encaminhamento foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros.

A conselheira Vânia solicitou uma cópia do ofício, assim que ficar pronto. Já Rogério pediu para que o documento fosse publicado no grupo de WhatsApp. A presidente acolheu o



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA**

pedido e se comprometeu em realiza-lo.

A presidente Cristina finalizou a reunião vendo a possibilidade de o Conselho Administrativo reunir-se com o Conselho Fiscal na semana seguinte, após o horário das 17h. Diante do retorno dos conselheiros, a presidente sugeriu, então, que a reunião acontecesse na segunda, terça ou quinta-feira, às 15h, e que iria checar com os membros do Conselho Fiscal o melhor dia.

A presidente agradeceu a presença de todos e com as devidas considerações, a reunião terminou às 17:35 h. Não havendo mais nada a tratar, eu, André Luiz Valentim Paulo, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.

5. Fechamento da reunião

Data 25/05/2020	às 17:35h	Nome do Relator	André Luiz Valentim Paulo
-----------------	-----------	-----------------	---------------------------



Cristina Zardo Calvi
Diretora-presidente
Matrícula 15.152